

EDITORIAL

**Ana Cristina Torres^[a], Angélica Monteiro^[a],
Pedro D. Ferreira^[a] & Tatiana Zimenkova^[b]**

^[a] Universidade do Porto, Porto, Portugal.

^[b] Rhine-Waal University of Applied Sciences, Kleve and Kamp-Lintfort, Germany.

Participação democrática, políticas e práticas emergentes em educação

O número 61 da revista *Educação, Sociedade & Culturas* (ESC), dedicado ao tema “Participação Democrática, Políticas e Práticas Emergentes em Educação”, dá a conhecer práticas educativas emergentes (Kukulka-Hulme et al., 2020) consonantes com políticas e princípios de participação democrática em contextos socioeducativos diversificados, da escola à universidade, passando pelo ativismo juvenil e abrangendo experiências da Alemanha, Brasil e Portugal. Assumiu, ainda, um papel particular de desenvolvimento da comunidade de investigação em Ciências da Educação pelo apelo a propostas de jovens investigadores/as que se envolveram, aqui, num processo que se pretendia ser de valorização do seu percurso, assim como de visibilização e disseminação do seu trabalho.

Num momento de constantes mudanças, crises e tensões, o acentuar de contestações tem vindo a tornar mais evidentes as fragilidades do sistema democrático (Sant, 2019). As instituições educativas e seus públicos não são, claro, alheias nem imunes às consequências de tais fragilidades. Por tal, e em contracorrente ao acima referido, este número especial pretende contribuir com abordagens teóricas, empíricas e de discussão de exemplos práticos de como a educação pode ser elemento catalisador da ação coletiva e democrática.

O atual número reúne seis artigos que refletem sobre questões de participação em contextos educativos – escolares ou universitários – olhando para a participação de estudantes a partir de estruturas que possibilitam essa mesma participação, como o Conselho de Representantes ou os Conselhos Escolares, mas também sobre participação em contextos de mobilização ativa e até na relação entre uns e outros. Se, por um lado, a discussão das im/possibilidades de

participação está presente por via da relação com atores específicos como professores/as ou diretores/as escolares, esta discussão é também influenciada por discursos que podem ser entendidos como estruturantes das oportunidades disponíveis. Finalmente, alguns artigos presentes complexificam os entendimentos sobre as questões da inclusão e exclusão na própria participação, a partir sobretudo da experiência de jovens, quer em contextos escolares, quer em contextos de mobilização ativista.

O primeiro artigo, de autoria de Simone Amorim e Taísa Oliveira, intitulado “Pública, Democrática e Plural: Desafios à Consolidação de um Ambiente de Participação Horizontal na Universidade”, apresenta e discute o papel do Conselho de Representantes de uma instituição pública portuguesa com o objetivo de compreender o seu papel na consolidação de um canal regular de escuta do corpo discente, que promova o exercício democrático. Como principais resultados, as autoras apontam para a fragilidade do modelo participativo em estudo, dificultado pela formalidade, hierarquia e relações de poder presentes nos espaços.

Ainda sobre o contexto universitário, Claudete Lampert Gruginskie, Bernardo Sfredo Miorando e Maria Elly Herz Genro, no artigo “Contribuições dos Movimentos Sociais para Revigorar a Universidade Pública: A Potencialização da Subjetividade Política”, exploram conexões entre saberes académicos e saberes advindos dos movimentos sociais de discentes ao desenvolverem as suas subjetividades políticas para efetivar sua ação social. O estudo apresentado dá conta de possíveis tensões que os estudantes envolvidos em movimentos sociais podem provocar no quotidiano académico a partir do questionamento acerca do cumprimento da função social por parte da universidade. Por outro lado, destacam possíveis benefícios advindos da abertura de canais de participação com efetiva interlocução como requisito para a democratização.

Em outro contexto, partindo de uma experiência de reflexão e emancipação através de *workshops* realizados com professores/as da área de cidadania e cidadãs/os alemãs/es, Kevin Brandt e Gerrit Tiefenthal, no artigo “Learning Democracy by Encountering ‘The Other’: The Potential of Inclusive Public Spaces in Civic Education”, apresentam e discutem resultados de um projeto com o objetivo de dar resposta a desafios sociais através da reconstrução analítica de narrativas de coesão social. O estudo evidencia a centralidade do debate sobre os valores culturais associado ao tema da “coesão”, apesar de haver um amplo consenso nas ciências sociais de que a desigualdade socioeconómica representa uma ameaça muito maior à coesão social do que a diversidade cultural e étnica. Do ponto de vista dos/as participantes nos *workshops*, o artigo apresenta, ainda, possíveis obstáculos e barreiras à coesão social identificados pelos/as participantes, sobretudo aos fenómenos-chave de crise das sociedades democráticas.

O artigo “‘Todos Nós Temos um Bocadinho De Ativismo’: Experiências de Participação de um Grupo de Jovens na Greve Climática Estudantil”, de Ana Garcia, Eunice Macedo e João Queirós, discute a questão da cidadania ativista de jovens com base na experiência de partici-

pação vivenciada por uma parte do grupo de pesquisa na mobilização global da Greve Climática Estudantil, que aconteceu no Porto em maio e setembro de 2019. A investigação participativa permitiu identificar sentimentos de exclusão do grupo no acesso a oportunidades de participação cidadã e democrática no contexto da sua escola e cidade, assim como o desejo de maior autonomia e liberdade no que concerne ao envolvimento em debates, na criação de propostas e nos processos de tomada de decisão sobre assuntos que lhes dizem respeito. Chamou ainda a atenção para a necessidade de reconhecimento das singularidades das pessoas jovens e de formas diferenciadas de atuação, que permita considerar e valorizar a diversidade de vozes, fazendo-se ouvir as suas opiniões, posições e ideias nas diversas dimensões das suas vidas.

Passando para o contexto escolar, o artigo “A Agenda e o Discurso da Qualidade em Educação: os Limites da Participação Democrática nas Escolas do Brasil e de Portugal”, de autoria de Altamiro Braga e Leonor Torres, estabelece relações entre o discurso da qualidade em educação, enquanto potencializador da face burocrática e racionalista das políticas educativas, e as possibilidades de participação democrática nas escolas. Como principais resultados, o estudo aponta a natureza controladora sobre a atividade docente para o alcance de metas acadêmicas motivadas pelo discurso da qualidade. Evidencia, ainda, as tendências de reprodução de cenários burocráticos que as perspectivas racionalizadoras e centralizadoras, manifestas pelas legislações dos poderes centrais da educação do Brasil e de Portugal, ocupam um espaço significativo no cotidiano das escolas dos dois países.

Partilhando uma preocupação com a participação em contextos escolares, o artigo de Carla Lima, Flávia de Camargo e Andrea Waldhelm, “Conselhos Escolares e a Participação na Gestão Democrática: Estudo de uma Rede Municipal de Ensino”, tem o objetivo de compreender de que forma os/as diretores/as escolares têm contribuído para a efetivação da participação dos/as “conselheiros/as escolares” na gestão democrática das escolas públicas da rede municipal brasileira. Como principais resultados, o estudo ressalta que grande parte dos/as diretores/as se sentem capazes de executar atividades que envolvem a partilha de poder e pluralidade de vozes dentro da escola e de estabelecer boa relação com a comunidade escolar. Chama, contudo, atenção para o facto de existirem lacunas em termos de compreensão do papel e atribuições dos Conselhos Escolares, apesar da existência de legislação que assegura o funcionamento e organização destes conselhos e de outros mecanismos de indução da participação das comunidades escolares.

Em suma, estes artigos dão conta do esforço de instituições educativas em promover práticas de gestão e exercício democráticos, mas evidenciam também as formas como muitas práticas em curso levantam questões de acesso, representatividade, poder, e mesmo da qualidade percebida da participação. Se, por um lado, é valorizada cada vez mais a inclusão de diversas “vozes” nos espaços de participação e decisão democrática, por outro, a panóplia de normas

e valores institucionalmente e socialmente estabelecidos, aliada à excessiva burocratização de tais espaços, obstaculizam a diversidade intencionada de vozes e mantêm uma certa distância entre o exercício de participação democrática e o de decisão democrática.

Dá a importância de não deixar esmorecer o olhar atento, sistemático e reflexivo das Ciências da Educação aos desafios que a participação democrática coloca às instituições educativas, e de continuar a impulsionar a partilha e discussão, a pesquisa e a disseminação de novas formas de encarar esses desafios.

Referências

- Kukulska-Hulme, Agnes, Beirne, Elaine, Conole, Gráinne, Costello, Eamon, Coughlan, Tim, Ferguson, Rebecca, FitzGerald, Elizabeth, Gaved, Mark, Herodotou, Christothea, Holmes, Wayne, Mac Lochlainn, Conchúr, Nic Giolla Mhichíl, Mairéad, Rienties, Bart, Sargent, Julia, Scanlon, Eileen, Sharples, Mike, & Whitelock, Denise (2020). *Innovating pedagogy 2020: Open University innovation report 8*. The Open University.
- Sant, Edda (2019). Democratic education: A theoretical review (2006-2017). *Review of Educational Research*, 89(5), 655-696. <https://doi.org/10.3102/0034654319862493>